

Turbulência nas bolsas muda agenda política

Crise mundial no mercado financeiro faz FHC usar o tempo para convencer aliados a apressar a votação das reformas e deixar de lado a preocupação com a reeleição

MARIA INÊS NASSIF

BRASÍLIA — As duas semanas de instabilidade financeira decorrentes da crise internacional das bolsas trouxeram, até o momento, dois resultados visíveis: a antecipação da agenda de reformas e o adiamento da agenda eleitoral. O presidente Fernando Henrique Cardoso, desde as primeiras turbulências fortes no mercado financeiro, deixou de lado a preocupação com a sua reeleição, colocou a faixa presidencial e tem gastado o tempo convencendo seus aliados a darem uma resposta rápida à crise.

“As cartas não estão nas nossas mãos”, disse, didático, aos líderes no Senado, numa reunião na manhã de quarta-feira, quando todas as expectativas se voltavam para a abertura das bolsas brasileiras e as do Japão já apontavam para um dia crítico. Justificava a necessidade de o governo responder rapidamente à crise e evitar ser a “bola da vez” de um ataque especulativo à moeda.

Na pauta das conversas entre governistas, a referência eleitoral é a da sobrevivência. “O Plano Real elegera todo mundo e nossa bandeira continua a ser o Real”, afirmou o ministro da Coordenação Política, Luiz Carlos Santos. “As eleições serão plebiscitárias: ou ganha todo mundo, ou todos perdem”, reiterou o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda. Isso, por enquanto, é tudo. Nin-

guém sabe avaliar claramente qual foi o impacto da crise financeira sobre a popularidade do governo e de seus aliados. Nem mesmo a oposição. “Não somos nós necessariamente que seremos os beneficiados”, ponderou o deputado José Genoíno (PT-SP). “Se o País quebrar, da barbárie social pode sair de tudo.”

Depois que forem obtidos os primeiros resultados dos esforços feitos na última semana para dar uma satisfação aos investidores externos e contornada a crise, o governo e seus aliados deverão ter o mesmo trabalho para levantar os prejuízos financeiros e os políticos. “Presidente, precisamos depois conversar sobre o próximo ano”, disse a Fernando Henrique o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), depois da audiência de quinta-feira. Uma

primeira constatação já foi feita: houve um desgaste real da popularidade de Fernando Henrique. Não se sabe, no entanto, se é letal. “A sorte do presidente é que ele não tem adversários”, arriscou um parlamentar da base aliada, acusando o golpe do desgaste.

No momento, no entanto, o presidente Fernando Henrique tem uma preocupação mais imediata: reverter o quase pânico que se abateu sobre o Congresso na última semana em votos no plenário, para aprovar as medidas provisórias contidas no pacote de emergência anunciado na segunda-feira e as

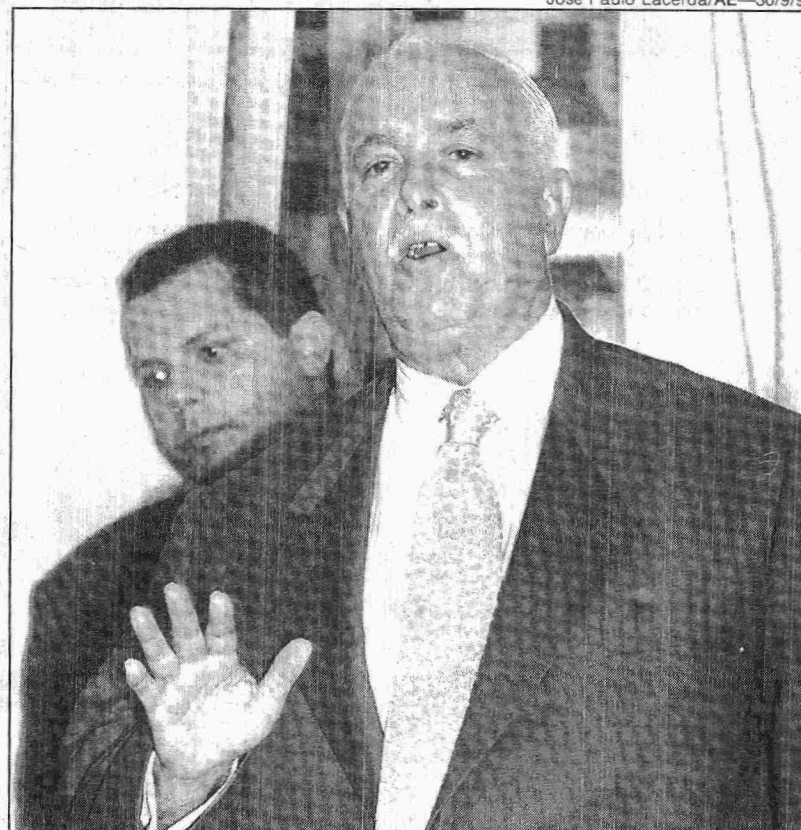
reformas administrativa e previdenciária, que caminham lentamente entre a Câmara e o Senado desde o início do governo.

No escuro — Os cenários traçados para as duas reformas vão do mais otimista, ao moderado e ao pessimista. “Estamos jogando no escuro”, confidenciou um dos líderes aliados. “As margens até agora foram muito pequenas e o risco ainda é muito grande — não sabemos se dá para confiar no PMDB e no PPB.” Nas contas do ministro Luiz Carlos Santos, a segurança, no entanto, foi efetivamente conquistada com a formalização do apoio a Fernando Henrique pelo conselho político do PMDB e pelo apoio explícito do ex-prefeito Paulo Maluf, agora presidente do PPB. Maluf, aliás, comprometeu-se com o Palácio do Planalto a comandar pessoalmente, de Brasília, a bancada do PPB, na votação em segundo turno da reforma administrativa, na quarta-feira.

A promessa foi feita depois de ter levado o apoio do PPB ao presidente, na quarta-feira, e anunciado solenemente. “Eu vim aqui como brasileiro”, disse ao presidente. “O que nós podemos fazer pelo Brasil?”

“Existem os indecisos, existem os renitentes, existem os fisiológicos”, enumerou um dos expoentes do bloco governista, ao explicar que a batalha não será tão fácil quanto se imagina. “Teremos muito trabalho”, afirmou, deixando claro que o método de persuasão não será exclusivamente o de convencer os deputados e senadores da gravidade da crise. “Sempre existe um espaço para negociação”, insinuou.

De qualquer forma, existe a convicção de que hoje é muito mais fácil aprovar as reformas do que há duas semanas, devido ao temor de uma quebra do País e também por causa do adiamento do calendário eleitoral. A dificuldade agora, surpreendentemente, desloca-se para



Imprescindível: presidente precisa de ACM para quórum nas votações

um simples projeto de lei de aumento da alíquota do Imposto de Renda da pessoa física. Foi ele o responsável pela totalidade dos aborrecimentos políticos que o governo teve essa semana.

O impasse ainda não teve solução — apesar de um abrandamento das mudanças no IR, anunciadas ontem pela Receita Federal. A resistência de ACM à medida é mais sólida do que os argumentos a ele apresentados no decorrer da semana, pela equipe econômica e pelo próprio presidente, para que mudasse de idéia. Depois de divulgadas as medidas fiscais, o presidente do Senado avisou ao presidente que iria se opor ao aumento da alíquota. Fernando Henrique não fez nada para demovê-lo. Na quinta-feira, quando chamou o senador para uma conversa no Palácio do Planalto, ouviu dele que o

governo precisava encontrar outra alternativa ao aumento de imposto — e evitou ir para o confronto.

A seu favor, ACM tem argumentado que a medida contrariou até mesmo o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, outro alvo da equipe de corpo de bombeiros do Palácio do Planalto na última semana. “Criou-se um impasse”, reconheceu, a um interlocutor.

Fernando Henrique, nesse caso, está enrascado: não pode prescindir de Antônio Carlos para acelerar e aprovar as reformas, que exigem um quórum mais alto; e, se mantém o discurso de que poderá substituir o aumento no IR por uma solução melhor que lhe for apresentada, não acredita sinceramente nisso. “Não existem soluções imaginosas quando se fala em aperto fiscal”, ponderou um integrante do governo.

José Paulo Lacerda/AE—30/9/97



NINGUÉM SE
ARRISCA A
MEDIR
IMPACTO